

EDNA DA SILVA

CONFLITOS RELIGIOSOS EM PERNAMBUCO DURANTE A  
DOMINAÇÃO HOLANDESA

Monografia de final de curso apresentada ao  
Curso de História, Setor de Ciências Humanas,  
Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.  
Orientador: Luiz Geraldo Santos da Silva.

CURITIBA  
1999

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1 A TOLERÂNCIA RELIGIOSA ENTRE OS HABITANTES DE PERNAMBUCO .....</b>	<b>7</b>
1.1 Os limites da tolerância religiosa .....	8
1.2 A liberdade de culto .....	14
<b>2 CONFRONTO RELIGIOSO: CATÓLICOS E PROTESTANTES .....</b>	<b>18</b>
2.1 Destruição de igrejas .....	19
2.2 Doutrinação da população .....	23
2.3 Expulsão de religiosos .....	29
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>36</b>

## INTRODUÇÃO

No século XVI houve uma divisão no mundo cristão, à medida que surgiu a Igreja Protestante ou Reformada. Esta teve origem devido ao ataque de Martinho Lutero a Igreja Católica. A princípio Lutero não desejava romper com a Igreja Católica mas quando esta não aceitou suas teses, e o excomungou por ele não se redimir, deu-se a divisão. Esta divisão foi marcada pela intolerância religiosa, mediante a qual católicos e protestantes se enfrentavam nas ruas gerando violências. Segundo Jean Delumeau<sup>1</sup> é pouco convincente a tese segundo a qual os reformadores abandonaram a Igreja Católica porque ela estava corrompida por algumas de suas práticas, como a venda de indulgências e a vida desregrada dos eclesiásticos. O problema era mais complexo, os fiéis desejavam uma igreja mais próxima deles, Lutero possibilitou isto ao traduzir a Bíblia para uma linguagem comum, as pessoas desejavam ter acesso a palavra de Deus. Lutero difundiu suas idéias de que o homem só consegue a salvação pela sua fé, contrariando a prática de venda de indulgências da Igreja Católica. Suas idéias encontraram respaldo entre as pessoas, surgindo outros reformadores entre eles Calvino e Zuínglio.

O Calvinismo cristalizou a Reforma. Lutero e Zuínglio tinham modificado radicalmente a antiga religião, mas, para além do vigoroso realce dado à Palavra de Deus, as crenças reformadas careciam duma autoridade precisa, duma direção organizada e duma filosofia lógica. João Calvino deu-lhes tudo isto (...)<sup>2</sup>.

O calvinismo foi importante para os movimentos protestantes que surgiriam

---

<sup>1</sup> DELUMEAU, Jean. La reforma. Trad. José Termes. Barcelona: Labor, 1967. p. 5.

<sup>2</sup> GREEN, V. H. H. Renascimento e reforma. 1. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1984. p. 187.

na França, Genebra e Holanda. O protestantismo vinha crescendo por toda a Europa, e a Igreja Católica tentou limitar a sua expansão, pois esta ameaçava seus domínios e fiéis. A Contra-Reforma surgiu porque não era possível estabelecer um compromisso com o protestantismo. No entanto, o mundo cristão já estava dividido e muitos países se debateram em guerras religiosas, como por exemplo a França. Natalie Davis<sup>3</sup>, num estudo sobre os ritos de violência na França do século XVI, diz que as multidões envolvidas em conflitos religiosos pretendiam a defesa da verdadeira religião e a refutação da falsa. Este é um fator preponderante pois cada qual acreditava unicamente na sua religião.

Na Holanda também ocorreram distúrbios por motivos religiosos, este país havia conseguido sua independência frente ao governo espanhol, e seu território estava dividido entre os que seguiam o catolicismo ou o protestantismo. O calvinismo venceu na Holanda e foram estes protestantes que vieram dominar Pernambuco em 1630. “As suas iniciativas coloniais foram uma consequência da guerra com a Espanha e um prolongamento do comércio com a Europa. Os holandeses não tardaram a empenhar-se num comércio com o Brasil, (...)”<sup>4</sup> A criação da Companhia das Índias Ocidentais, em 1621, foi portanto tanto um meio de conduzir a guerra contra Espanha como de obter lucros no comércio e no tráfico de escravos. Quando os holandeses chegaram ao Brasil, a Europa estava envolvida numa guerra religiosa (Guerra dos Trinta Anos 1618-1648). Portanto, podemos indagar:

---

<sup>3</sup> ZEMON, Natalie Davis. Ritos de violência. In: \_\_\_\_\_. Culturas do povo - sociedade e cultura no início da França moderna. RJ: Paz e Terra, 1990.

<sup>4</sup> GREEN, op. cit., p. 162.

será que, aqui, houve conflitos entre os protestantes e católicos? Houve tentativa de converter os portugueses a religião protestante? Houve tolerância religiosa entre católicos e protestantes? Estas são algumas das indagações presentes neste trabalho, que teve como objetivo confrontar os relatos de época para perceber as relações de conflito entre a população de Pernambuco do ponto de vista da religião.

As fontes utilizadas para este trabalho foram tanto de origem portuguesa como holandesa. Através dele, procuramos confrontar o relato de Frei Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno*, que realizou sua obra durante o próprio conflito abarcando os anos de 1630 a 1648, e o relato de Gaspar Barleus, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos de permanência no Brasil*. Esta obra foi encomendada pelo Conde Nassau, sendo que Barleus nunca esteve no Brasil; ele escreveu seu relato com base em informações e documentos recebidos de Nassau. O relato de Barleus enfatiza principalmente as obras de Nassau e de como ele fora um governador benevolente, enquanto o de Calado narra as intolerâncias e a luta da população para se livrar da dominação holandesa. Também foram utilizadas outras fontes como subsidiárias para a discussão, como os relatos de Van der Dussen, de Nieuhof, de Duarte de Albuquerque.



## **1 A TOLERÂNCIA RELIGIOSA ENTRE OS HABITANTES DE PERNAMBUCO**

Entre 1630 e 1654 a capitania de Pernambuco foi dominada pelos protestantes calvinistas holandeses, sendo que esta era anteriormente de domínio dos portugueses que seguiam o catolicismo. O conviver de diferentes religiões, uma imposta sob dominação, haveria de gerar tensões entre os habitantes. Houve, com a chegada dos holandeses, tentativas de resistência, embora eles tenham conseguido dominar a região. Em 1645, se inicia a guerra da restauração, cujo objetivo era expulsar os holandeses do território brasileiro, o que é alcançado em 1654. O objetivo principal da invasão foi o interesse na comercialização do açúcar, pois a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) tinha como propósito a colonização e o comércio mediante a conquista, visando posteriormente a evangelização dos habitantes.

Decidiram-se os holandeses primeiramente por invadir a Bahia em 1624, sendo expulsos em 1625, após algumas batalhas com os portugueses, que ali resistiram à dominação. Contudo estes não desistiram do intento de conquistar terras no Brasil, e retornam em 1630, quando conseguem se estabelecer em Pernambuco. Ocupam inicialmente as regiões de Olinda e Recife, e estabelecem aí um Conselho Político para governarem o qual estava encarregado da justiça. Posteriormente se conquistou a região do Rio Grande, da Paraíba, Alagoas, Sergipe e Ceará, e por último o Maranhão. Em 1638, os

holandeses sob o comando de Nassau<sup>1</sup> tentam conquistar a Bahia, mas não obtêm sucesso.

Barleus<sup>2</sup> em seu relato salienta as razões para se tentar dominar o Brasil afirmando que não deveria ter-se em vista apenas o aspecto econômico mas também a salvação das almas.

Os mais religiosos pediam suas razões à religião e à conveniência de se propagar uma doutrina mais pura, alegando se deveria acender o facho da fé para guiar os povos que tateavam no reino das trevas; e que não se deveria estender só o império humano, senão também o de Cristo; que era necessário e possível associar às vantagens dos comerciantes o cuidado de se salvarem tantas nações; que assim os negócios seriam pios, e a piedade útil<sup>3</sup>.

Os holandeses vieram instalar-se no Brasil com objetivos econômicos, mas também estava presente o propósito de evangelização dos habitantes. Este intuito acabaria provocando conflitos religiosos entre os habitantes.

### 1.1 Os limites da tolerância religiosa

O principal objetivo deste capítulo é discutir a tolerância religiosa. Tomaremos para tal fim, a posição de alguns autores que divergem quanto a existência desta, além de buscar em relatos de época como os de Calado<sup>4</sup> e Barleus suas posições em relação a tolerância.

---

<sup>1</sup> O conde alemão João Maurício de Nassau-Siegen, foi contratado pela Companhia das Índias Ocidentais para administrar o domínio holandês entre os anos de 1636 a 1644. Sobre este ver BOXER, Charles Ralph. Os holandeses no Brasil (1624-1654). Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. SP: Nacional, 1961. Capítulos 3 e 4.

<sup>2</sup> BARLEUS, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos de permanência no Brasil. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

<sup>3</sup> Ibid., p.11.

<sup>4</sup> CALADO, Frei Manuel. O valeroso lucideno. v.1. SP: Edusp, 1987.



Watjen<sup>5</sup> diz que apesar da promulgação da tolerância, esta não se fazia sentir na colônia, e quem resolveu esta situação foi o Conde de Nassau, dando garantia aos católicos e judeus de que seu credo seria respeitado. Ao mesmo tempo, este autor menciona a intolerância presente, ou seja, a tolerância não foi de fato consumada.

Podemos agregar esta intolerância a dois fatores: acabou-se por se fazer restrições as celebrações de culto; e o mais importante como mandar nas consciências das pessoas, pois cada qual tinha a sua religião como verdadeira.

No mesmo sentido de Watjen sobre a tolerância durante o governo de Nassau, Netscher diz o seguinte: “Todos os católicos puderam exercer livremente o seu culto, mesmo nas cerimônias externas como procissões e festas. Aos judeus igualmente foi permitido celebrar o sabat”<sup>6</sup>. Netscher, assim como Boxer, exaltam a figura de Nassau. No entanto, esta bondade de espírito é contestada por alguns historiadores.

De acordo com Boxer esta tolerância só não foi estendida aos jesuítas: “Não estenderam os holandeses aos jesuítas o seu oferecimento de tolerância, recusando-se a admiti-los fossem quais fossem as condições. A Companhia de Jesus era anatematizada pelos protestantes em geral e muito particularmente pelos calvinistas”<sup>7</sup>. A Companhia de Jesus tivera como uma de suas designações impedir o avanço do protestantismo e, por isto, os protestantes instalados em Pernambuco nega a estes frades a liberdade de religião. Boxer também menciona que fora o governador João Maurício de Nassau quem

---

<sup>5</sup> WATJEN, Hermann. O domínio colonial holandês no Brasil. SP: Nacional, 1938.

<sup>6</sup> NETSCHER, P. M. Os holandeses no Brasil. Trad. Mário Sette. SP: Nacional, 1942. p. 157.

<sup>7</sup> BOXER, op. cit., p. 81.

outorgou a liberdade de consciência aos portugueses e judeus<sup>8</sup>. Esta iniciativa do Conde é contestada, pois as regulamentações de seu governo vinham da Holanda, cabendo-lhe aplicá-las. Boxer também ressalta que mesmo com a tolerância a vida na colônia era conturbada, isto é, a religião era uma linha divisória entre os habitantes.

José Antonio Gonsalves de Mello<sup>9</sup> também ressalta este aspecto, ao afirmar que nunca houve harmonia entre brasileiros e holandeses. A medida que o próprio governador Nassau teria dito que seria insensatez confiar nos brasileiros:

E mais tarde Nassau aconselhava que se procurasse atrair e tratar atenciosamente os portugueses da classe média, os lavradores, os feitores, os purgadores de açúcar, os artífices, porque sem eles de nada valeria o Brasil para a Companhia: “para as plantações são indispensáveis os portugueses, especialmente o povo miúdo (...)”. E quanto à classe superior: “os portugueses poderosos e principais deveremos em tempo oportuno e com razão (que não deixarão de fornecer, com a sua falsidade) expulsá-los do país”<sup>10</sup>.

Percebe-se, assim, o interesse econômico que estava por trás do tratamento de tolerância para com os portugueses: era necessário conquistar-lhe a confiança, para que continuassem trabalhando nas terras. Além do que, esta liberdade de consciência pareceu-lhes prejudicial

(...) à segurança do Estado que não a incluíram nas cláusulas da capitulação do Maranhão. Ou foram restringido-a, como no caso das manifestações exteriores de culto, proibindo as procissões, de modo que à liberdade de consciência não correspondia a liberdade de práticas religiosas<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> “De uma tolerância excepcional para a sua época e a sua geração, deu João Maurício à igreja católica, e também aos judeus, a liberdade não só de consciência como de culto, isso a despeito da oposição dos *predikants* e outros calvinistas fanáticos. É bem verdade que não consentiu que os moradores recebessem um delegado do bispo da Bahia; mas, em compensação, permitiu a entrada de alguns capuchinhos franceses na colônia, (...) BOXER, op. cit., p. 104.

<sup>9</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos flamengos. 3. ed. Recife: Massagana, 1987.\_

<sup>10</sup> Ibid., p. 233-234.

<sup>11</sup> Ibid., p. 241.

Além dos portugueses que seguiam o catolicismo, também viviam judeus em Pernambuco. Segundo Calado os judeus tinham mais liberdade de religião do que os católicos, sendo-lhes permitido terem suas sinagogas e realizarem seus cultos (embora de portas fechadas como os católicos). Esta posição de Calado se explica pelo fato de este repugnância a religião judaica.

Já antes da conquista da capitania de Pernambuco pelos holandeses viviam nela muitos cristãos novos, ou seja, judeus convertidos ao catolicismo. Muitos destes cristãos voltaram a professar o judaísmo com a conquista do território pelos holandeses, embora alguns continuassem seguindo o catolicismo. Calado ressalta este fato ao mencionar que “... os Cristãos novos seguiam a lei de Moisés, judaizavam muitos deles, como bem o mostraram depois que o Holandês entrou na terra, que se circuncidaram publicamente, e se declararam por Judeus...”<sup>12</sup>. Também vieram da Holanda muitos judeus que passaram a viver em Pernambuco, alguns vinham a serviço da Companhia das Índias Ocidentais como soldados ou empregados, e outros que vinham por conta própria se estabeleceram como comerciantes e outras funções<sup>13</sup>.

A tolerância religiosa estendida aos judeus, consistia na declaração pública de sua religião, e na realização de seus cultos. Concedeu-se a eles o respeito ao sábado, devendo eles também respeitar o domingo. Também foram impostas alguns restrições, e entre elas estava o fato de não poderem construir novos templos; não seria permitido casar ou ter como concubina uma cristã; não

---

<sup>12</sup> CALADO, op. cit., p. 40.

<sup>13</sup> MELLO, op. cit., p. 246-248.

poderiam converter cristão e não poderiam fraudar ninguém em suas negociações<sup>14</sup>.

Podemos concluir que apesar das restrições impostas aos judeus, estes tinham uma certa liberdade. Pois, sob o domínio holandês, muitos judeus vieram para Pernambuco, além de alguns cristãos novos voltarem a praticar o judaísmo. Estes não exerciam sua religião sob o domínio português devido ao temor que tinham de serem denunciados ao Tribunal da Inquisição.

Os judeus eram hostilizados tanto pelos católicos como pelos protestantes pelo fato de exercerem sua própria religião e de dominarem o comércio na colônia.

Mário Neme crítica essa suposta liberdade religiosa concedida aos habitantes<sup>15</sup>. Este salienta que tal liberdade estaria incluída nas leis e nos regulamentos que vinham da Holanda e não teria sido instituída por Nassau como afirmam alguns autores.

O “Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas”, de outubro de 1629, aprovado pela WIC, e promulgado pelos Estados Gerais da Holanda, e que era por assim dizer a lei orgânica do Brasil Holandês, estatuiu no seu artigo 10: “Será respeitada a liberdade dos espanhóis, portugueses e naturais da terra, quer sejam católicos romanos, quer judeus, não podem ser molestados ou sujeitos a indagações em suas consciências ou em suas casas particulares, perturbá-los ou causar-lhes estôrvo, sob penas arbitrárias, ou conforme as circunstâncias, exemplar e rigoroso castigo”<sup>16</sup>.

Neme conclui que a liberdade de religião foi uma necessidade e não uma conquista dos moradores ou uma tolerância da parte dos conquistadores.

---

<sup>14</sup> BARLEUS, op. cit., p. 327.

<sup>15</sup> “... sabendo-se quão intransigentes e intolerantes eram na época os adeptos da ‘religião cristã reformada’; sabendo-se, ainda, que o calvinismo fora erigido em ‘religião oficial’ no Brasil Holandês, depois de o ter sido nas Províncias Unidas da Holanda, como aceitar-se sem mais exame, em face de tais precedentes, a idéia de florescimento da liberdade de credo ou de consciência nas capitanias sob o domínio da Companhia das Índias Ocidentais ?” NEME, Mário. Fórmulas políticas no Brasil Holandês. SP: EDUSP, 1971. p. 13.

<sup>16</sup> Ibid., p. 158.

Necessidade do ponto de vista político, pois não se desejava confrontar os habitantes, era necessário governar com paz.

Como vimos, esta tolerância tinha restrições. Visto que, em 1638, pressionado pelos protestantes,

o governo de Recife proíbe não só as procissões, mas todas as manifestações externas de culto católico; vem em seguida a proibição de casamentos de católicos, por padre católico, sem licença da igreja oficial; proibição aos senhores de engenho de mandar benzer por padre católico as moendas no início da safra, e mais a proibição de ser dada extrema-unção, por padre católico, a portugueses condenados à morte<sup>17</sup>.

Segundo Neme os documentos estão em contradição com o que a historiografia vem afirmando: não foi Nassau quem concedeu a liberdade de religião a católicos e judeus; foi durante a administração de Nassau que a liberdade sofreu as maiores restrições; a história do domínio holandês está recheada de violências físicas, perseguições contra ministros e moradores não calvinistas por motivos de religião<sup>18</sup>. Outro aspecto ressaltado pelo autor é o fato de que o núcleo urbano de Recife e Maurícia era preponderantemente calvinista, enquanto o interior era constituído pelos portugueses católicos. Nesse sentido, Mello informa que os portugueses na cidade ouviam missas de porta fechada, enquanto no interior eram os holandeses que se queixavam de não terem igrejas, enquanto os católicos as possuíam<sup>19</sup>.

Um dos motivos da insurreição pernambucana em 1645, se referia as perseguições religiosas que sofriam os portugueses. Entre estas estava o fato de não poderem vir novos padres para substituir os que lhe faltassem, ou seja,

---

<sup>17</sup> Ibid., p. 162.

<sup>18</sup> Ibid., p. 169.

<sup>19</sup> MELLO, op. cit., p. 243.

esta tolerância tão enfatizada principalmente por Barleus não era sentida da mesma forma pelos habitantes de Pernambuco que tinham sua vida religiosa limitada. Sem dúvida, uma tolerância com limites.

## 1.2 A liberdade de culto

Após termos discutido a posição de alguns autores que escreveram sobre a tolerância, vejamos agora o que nos dizem os relatos de época. Barleus<sup>20</sup> menciona em seu relato a benevolência da tolerância consentida aos habitantes de Pernambuco, ao contrário de Calado que descreve as muitas “intolerâncias” dos holandeses. Barleus aparentemente sugere que foi Nassau quem ortogou a tal liberdade, dizendo aos moradores que teriam sua liberdade de culto respeitada. No entanto este impõem-lhe algumas restrições:

Não lhes seria permitido responder do bispo da Baía visitador, pois não deveriam ser chamados, crescendo o domínio holandês, atizadores de novos motins e instigadores das piores maquinações contra a República. (...) Não poderiam tão pouco substituir os religiosos falecidos por outros novos, quando as cerimônias do culto pudessem ser celebradas pelos sobreviventes<sup>21</sup>.

Conforme Barleus teria sido dado tratamento diferenciado às religiões: aos pagãos<sup>22</sup> se fazia necessário suprimir-lhes o culto a vários deuses, lhes fazendo prestar culto a um só Deus; aos judeus era necessário suprimir-lhe o

---

<sup>20</sup> O tradutor da obra de Barleus, Cláudio Brandão, diz em sua explicação ao final da obra que “Se não prima Barleu pelo estilo, não é tão pouco historiador sereno, obediente à regra de Tácito de narrar os fatos sem ódio nem favor. Panegirista de Nassau, só o aprecia pelo lado bom, sem lhe achar um só defeito, sem lhe apontar um só erro. Não vê nele senão virtudes, somente lhe tece louvores. Tal proceder gera desconfiança no leitor. Qual o homem que não tem os seus deslizes? Qual o administrador em absoluto isento de alguma falta? E Nassau não poderia fugir à sorte comum a todos os mortais”. BARLEUS, op. cit., p. 362. A obra de Barleus fora encomendada pelo Conde de Nassau, sendo que Barleus nunca esteve no Brasil.

<sup>21</sup> BARLEUS, op. cit., p. 52.

culto a Moisés e persuadi-los da fé em Cristo; aos papistas<sup>23</sup> havia a necessidade de mostrar-lhes os erros de sua religião. No entanto Barleus enfatiza, que o “Conde serviu, bem e constantemente, ao poder da Companhia, não só apoiando a religião oficial, mas também tolerando prudentemente as alheias”<sup>24</sup>. Afinal, que tolerância era esta que tentava convencer os habitantes de seus “erros”, alegando que a verdadeira religião cristã era a reformada?

Podemos constatar que cada qual tinha uma idéia sobre a tolerância. A que transparece em Barleus se refere ao fato de que os portugueses poderiam crer na religião católica, ou seja, liberdade de consciência, mas não poderiam demonstrá-la publicamente, traduzi-la em liberdade de culto.

Quando chegara ao fim o governo de Nassau, este deveria retornar a Holanda. Quando partiu deixou um testamento político no qual encaminhava alguns assuntos que deveriam ser observados. Entres estes se encontra a questão religiosa. Barleus traz em seu relato o referido testamento. Vejamos o que este diz quanto ao tópico em questão:

Na administração das cousas divinas e dos negócios eclesiásticos, deve-se usar aqui no Brasil a mesma moderação que em qualquer outra parte. E não obstante desejar-se que todos aceitem e professem a mesma religião que vós, todavia é preferível tolerardes com ânimo sereno os dissidentes a ser a república agitada por tumulto maior. (...) Nada é mais perigoso que um remédio intempestivo para erros medrados e arraigados: cada qual ama a religião que bebeu em tenros anos, e se aferra a ela<sup>25</sup>.

---

<sup>22</sup> Os índios eram considerados pagãos devido ao seu culto a vários deuses, embora houvessem muitos convertidos ao catolicismo pelas ordens religiosas que os catequizavam.

<sup>23</sup> Aparece constantemente no relato de Barleus a referência de católicos como papistas, enquanto Calado em seu relato se refere aos holandeses como hereges.

<sup>24</sup> BARLEUS, op. cit., p. 54.

<sup>25</sup> Ibid., p. 315.

Barleus faz referência a como o Conde de Nassau fora tolerante durante sua administração no Brasil Holandês, deixando em seu testamento político os traços a serem seguidos pelo próximo governo.

Como já mencionamos, Calado faz referência a intolerância com que os holandeses trataram os portugueses. Em vários momentos de sua obra ele menciona este fato. De acordo com ele os holandeses já entraram em Pernambuco destruindo suas igrejas e imagens santas.

Calado aborda em seu relato *O Valeroso Lucideno* principalmente a guerra de restauração pernambucana, realizada sob o comando de João Fernandes Vieira, descrevendo os muitos milagres e favores divinos em prol dos portugueses. E, mais, indica que durante a conquista de Pernambuco celebrava as missas no mato, por não haver igrejas. Sem dúvida, não havia uma tolerância tão explícita quanto menciona Barleus. Neste período de conquista holandesa Frei Calado combateu juntamente com outros habitantes. E, mais tarde quando Nassau o chamou para viver na cidade Maurícia<sup>26</sup>, lhe disse que tinha receio por haver combatido. Nassau concedeu-lhe um salvo conduto para continuar vivendo em Pernambuco. Calado tornou-se assim um “frequentador” da casa do Conde. Mas diz que quando este partiu tinha os olhos cheios de lágrimas “mostrando o sentimento de se apartar de Pernambuco aonde vinha adquirido a mãos lavadas tanta cópia de ouro”<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Maurícia foi construída na ilha de Antônio Vaz. “A princípio a nova cidade ficava circunscrita pelas estacas e fossos que, partindo do lado Sul do forte Ernesto, tomavam o rumo Sudoeste e depois Sudeste e vinham chegar à margem do rio, em frente à Barreta, por detrás e não longe da atual igreja do Espírito Santo. (...) Nesta área, sem dúvida pequena, é que se levantou a cidade Maurícia, capital não só de Pernambuco, mas juntamente com o Recife, de toda a conquista holandesa no Brasil.” MELLO, op. cit., p. 84-85.

<sup>27</sup> CALADO, op. cit., p. 262.



O segundo volume da obra de Calado se dedica a narrar os fatos da restauração, indo até o ano de 1648. Na verdade, Calado pretendia continuar seu relato numa segunda parte, o que, no entanto, não se concretizou.

Pode-se concluir em vistas da historiografia abordada que a tolerância foi uma maneira de possibilitar a convivência de diferentes religiões bem como de “contentar” seus habitantes, além é claro de seus limites. Também deve-se levar em consideração que a tolerância era percebida de diferentes maneiras pelos católicos e protestantes. Para os protestantes o fato de possibilitarem a liberdade de consciência já era o suficiente, senão um excesso, enquanto os católicos desejavam poder realizar seus cultos publicamente, ou seja, para estes era uma tolerância com limites, um cerceamento à religião.

O relato de Barleus é uma obra exaltando a figura de Nassau e sua “benevolência” para com os católicos e judeus, enquanto o de Calado procura desfazer essa imagem do Conde, retratando também as intolerâncias a que estavam sujeitos a população de Pernambuco. No entanto, Calado também comete os seus excessos ao narrar os fatos que presenciou.

## 2 CONFLITO RELIGIOSO: CATÓLICOS E PROTESTANTES

A capitania de Pernambuco estava povoada por pessoas que seguiam religiões diferentes, este fato haveria de gerar tensões. Um fator preponderante para que estes conflitos aflúissem foi a organização da Igreja Calvinista. Com esta medida o protestantismo instituí-se como religião oficial, ao passo que o catolicismo seria tolerado. Consideramos este fato como um dos agregadores dos conflitos.

De acordo com Neme<sup>1</sup>, o Conselho Eclesiástico de Recife foi criado em 1636, funcionando como órgão assessor do governo. Também neste ano se realiza a primeira reunião do Sínodo de Pernambuco, formado pelos predicantes. Para o autor este fato simboliza a instalação da Igreja Calvinista no Brasil, ou seja, a partir deste ato ela se institucionaliza.

A instalação do Sínodo antecede de cerca de um mês a posse do Conde João Maurício de Nassau em 23 de janeiro de 1637. “Poucas semanas depois de apontar João Maurício ao Recife - escreve Watjen - realizou-se, em 3 de março de 1637, a segunda reunião do conselho Eclesiástico. O seu objeto principal devia ser deliberar sobre a organização dos estatutos pelos quais se regesse toda a Colônia em matéria religiosa, e apresentar propostas de combate à barbárie que, em virtude da guerra, se ia alastrando pelo Brasil, bem como à imoralidade reinante no exército”<sup>2</sup>.

Com a instalação do Sínodo a situação dos católicos e judeus começa a complicar-se, pois os ministros começaram a exigir que a liberdade de culto fosse limitada. Barleus acentua a organização desta igreja:

Está em uso no Brasil a mesma forma de governo eclesiástico que nas igrejas holandesas. A suprema autoridade pertence ao Conde e ao Conselho Secreto (...) A autoridade dos Sínodos é maior que a das Classes e a desta superior a dos

---

<sup>1</sup> NEME, Mário. Fórmulas políticas no Brasil Holandês. SP: EDUSP, 1971.

<sup>2</sup> Ibid., p. 161.

presbíteros. As decisões dos Sínodos não teem sido válidas sem aprovação dos diretores da Companhia. (...)Em razão dos estreitíssimos vínculos entre o Estado e a Igreja e do modo de sentir comum a respeito do bem e do mal, comparecem aos Sínodos delegados do Conde e do Conselho”<sup>3</sup>.

No relato de Nieuhof<sup>4</sup>, é assinalado a existência de cinco igrejas protestantes no Recife, mas que nem todas possuíam ministros para realizar as cerimônias. Esta falta de ministros, como veremos, dificultou a conversão dos habitantes de Pernambuco. Segundo ele, em 1646, o Brasil holandês contava com sete ministros protestantes, os quais deveriam dar conta de toda a organização das cerimônias e da salvação das almas.

A organização da Igreja Calvinista, a tentativa de difusão da doutrina protestante, a limitação religiosa aos católicos, são fatores que contribuíram para que conflitos afluíssem entre os habitantes. As relações de conflitos discutidas a seguir referem-se aos seguintes aspectos: destruição e saques de igrejas e conventos católicos; tentativas de doutrinação protestante; expulsão de religiosos do domínio holandês.

## 2.1 Destruição de igrejas

Durante os primeiros anos de conquista holandesa, houve resistência por parte dos portugueses. Esta guerra de resistência, fora liderada pelo General Matias de Albuquerque, irmão do donatário de Pernambuco, Duarte de

---

<sup>3</sup> BARLEUS, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos de permanência no Brasil. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. p. 325.

<sup>4</sup> NIEUHOF, Johan. Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil. SP: Livraria Martins, 1942. Nieuhof veio ao Brasil como agente comercial da Companhia das Índias Ocidentais, permanecendo aqui entre os anos de 1640 a 1649. Na introdução desta obra José Honório Rodrigues salienta que o valor do livro de Nieuhof repousa

Albuquerque Coelho<sup>5</sup>, salientando-se que desta também participou o Frei Manuel Calado.

Calado em sua obra narra os episódios dessa tentativa de resistência dos portugueses ao domínio holandês, bem como suas ações durante esta, que consistiram em confessar os portugueses durante os combates, além de incitá-los a continuarem resistindo. Nesse sentido, vemos a sua participação na resistência aos holandeses.

No decorrer das lutas muitos moradores começaram a entrar em acordo com os holandeses quando perceberam que a guerra não se sustentaria por muito tempo. Boxer salienta que:

Nessa luta de guerrilhas eram os infelizes moradores as maiores vítimas. Estavam sujeitos a ser tratados como traidores por ambos os lados, caso tentassem conservar-se neutros; ao passo que, se mantivessem fiéis a um dos lados, se exporiam às mais selvagens vinganças dos do lado oposto<sup>6</sup>.

Ou seja, a população não tinha muita escolha, qualquer partido que tomasse estaria sujeita a violências.

Entre estas violências perpetradas contra a população se encontra a destruição e os saques das igrejas católicas. Qual a finalidade de destruí-las? Podemos considerar que se desejava destruir a religião católica e seus ornamentos que lembravam aos fiéis sua devoção.

---

na descrição que faz dos fatos entre os anos de 1644 a 1649 e que em botânica, zoologia e etnografia, Nieuwhof copiou ora Piso, Marcgrave, ou Elias Herckmans.

<sup>5</sup> Duarte de Albuquerque Coelho, escreveu um relato intitulado *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, no qual ele descreve as lutas ocorridas em Pernambuco no período de 1630 a 1638. Para tanto, ele reuniu os escritos feitos por seu irmão Matias de Albuquerque e por outras pessoas, além de suas próprias anotações.

<sup>6</sup> BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)* Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. SP: Nacional, 1973. p. 91.

Duarte de Albuquerque menciona esta questão, ao descrever o ataque holandês, em 1632, a vila de Iguarassu:

Chegando o general Teodoro (...) começou a saquear a vila com muita facilidade, (...) recolhendo todas as mulheres à igreja da Misericórdia, onde as deixavam com a só camisa no corpo. Desta igreja e da matriz levaram a prata e os vasos sagrados que acharam, tendo alguns clérigos que mais prontos acorreram, consumido o Santíssimo Sacramento<sup>7</sup>.

Durante a dominação de Pernambuco, a cidade de Olinda foi completamente destruída e saqueada<sup>8</sup>. A destruição teve como finalidade desorganizar o centro de governo dos portugueses que se encontrava nesta cidade, e os destroços de Olinda foram utilizados na construção da nova cidade denominada Maurícia. Dentre os saques realizados atingiu-se as igrejas e os conventos católicos. Cabe salientar que os protestantes não consideravam estes recintos como sagrados, nem suas imagens santas.

Calado vê a destruição das igrejas como uma grande heresia e profanação, por certo, devido a sua religião. Comparemos o que dizem os dois a respeito da destruição da cidade.

Barleus se refere a destruição de Olinda da seguinte forma:

As casas, os conventos e as igrejas, derribados, não pelo furor da guerra, mas de propósito, lagrimavam com a própria ruína. Não parecia sacrilégio aos nossos essa demolição, (...) mas uma mudança de religião, (...). Os holandeses,..., convencidos de que todo o lugar é igualmente sagrado e idôneo para se adorar a Deus, julgavam que não cometiam nenhuma impiedade, mas praticavam um ato de inteligência, desejando dar maior segurança à nova cidade e ao seu culto<sup>9</sup>.

Calado por sua vez, informa que os holandeses

---

<sup>7</sup> COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias diárias da guerra do Brasil. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 122.

<sup>8</sup> Em 1640, Nassau permitiu que se reconstruísse a capela de Olinda. No entanto, quando esta ficou pronta, os ministros protestantes a tomaram para realizar seus cultos. BOXER, op. cit., p. 172.

<sup>9</sup> BARLEUS, op. cit., p. 154.

(...) entravam por as Igrejas, depois de lhe roubarem os ricos, e custosos ornamentos, e fazerem em tiras muito dêles, quebravam em pedaços as imagens de Cristo, e da Virgem Maria, e dos outros Santos, e as pisavam com os pés com tanta coragem, e desaforo, como que se com isto lhe parecesse que extinguíam a fé Católica Romana, (...), outros como andavam esquentados, e azougados, punham fogo nos conventos, e edifícios suntuosos, dando com eles em terra<sup>10</sup>.

Para os calvinistas, a destruição das igrejas católicas daria maior segurança ao culto protestante, Barleus fala até em “mudança de religião”. Enquanto Frei Calado vê a entrada dos holandeses na capitania como um grande sacrilégio, sendo que antes ela era deleitável. Este lamenta profundamente a destruição e invasão dos holandeses durante o período da guerra da resistência.

(...) ficaram os moradores de Pernambuco, e das mais Capitanias da parte do Norte com grande tribulação, e desamparo, porque suposto que em suas casas, todavia por uma parte cada dia se viam sobressaltados dos rigores do inimigo, a quem se viam sujeitos, e por outra suas Igrejas derribadas, e feitas estrebarias de cavalos, as imagens dos Santos feitas em pedaços; e o que mais é de lastimar, faltos de Sacerdotes, que lhes administrassem os Sacramentos da Santa Madre Igreja, e os doutrinassem e corroborassem na perseverança da fé Católica, (...)<sup>11</sup>.

Um outro ataque realizado pelos holandeses diz respeito a igreja de Apipucos e do Arraial Velho, esta em 1645:

(...) na Igreja do Arraial, depois de lhe quebrarem as portas, e os caixões das confrarias, e roubarem todos os ornamentos, fizeram em pedaços as imagens sagradas dos Santos; o que também haviam feito nos Apipucos, com grande ódio da Santa Fé Católica Romana; e depois de haverem roubado tudo o que puderam achar, cavaram todas as casas, e quintais dos moradores, para ver se achavam algum dinheiro, prata, ou ouro, enterrado, (...) <sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> CALADO, Frei Manuel. O valoroso lucideno. v.1. SP: Edusp; BH: Itatiaia, 1987. p. 45.

<sup>11</sup> Ibid., p. 99.

<sup>12</sup> Ibid., p. 33, v.2.

Além do fato de se querer apagar a religião católica, os ornamentos das igrejas constituíam-se em despojos da guerra, ao qual os soldados holandeses procuravam aguçadíssimos.

A guerra da restauração iniciada em 1645, duraria nove anos. No principio, o levante foi comandado por João Fernandes Vieira e juntamente com ele havia outros capitães. Podemos mencionar entre estes o capitão dos negros Henrique Dias, e o capitão dos índios Camarão. Estes se referem a dita guerra, como a guerra da liberdade divina, e instigavam seus homens a lutarem em nome da fé.

(...) Henrique Dias disse aos soldados crioulos, e Angolas de seu terço: *Eia mancebos, aqui temos os Holandeses inimigos da Fé de Cristo, aqui se há-de ver o que pode, e vale cada um de vós; não consintais que os brancos vos levem vantagem.* (...). Arrancou João Fernandes Vieira a espada, e o mesmo fizeram o Camarão, e Henrique Dias, e tanto que João Fernandes Vieira disse: *Viva a Fé de Cristo, e a liberdade,* (...) <sup>13</sup>.

Como podemos observar o período em que os holandeses permaneceram no Brasil, foi passível de vários conflitos. E quando se inicia a restauração muitos a chamam também de guerra da liberdade divina, ou seja, era grande o desejo de livrar-se dos “hereges”.

A tentativa de resistência não obteve muito sucesso, e os holandeses permaneceram em Pernambuco até 1654. Durante este período, os ministros protestantes tratariam de por em prática a doutrinação dos habitantes.

## 2.2 Doutrinação da população

---

<sup>13</sup> Ibid., p. 45-46.

Os portugueses tentaram resistir a dominação. No entanto, não foram bem sucedidos em seu intento, e acabaram se subordinando aos holandeses, que haviam estabelecidos alguns acordos para a convivência comum. Entre estas se encontrava a obrigação dos habitantes de obterem salvo-condutos junto as holandeses, como prova de sua fidelidade. Foi constituído um Conselho no qual os portugueses obtiveram uma participação. Barleus acentua que Nassau respondeu a uma das representações feitas pelos portugueses no qual eles pediam a observação de alguns assuntos referentes a sua religião. Neste, Nassau teria dito que os portugueses estavam isentos de jurar fidelidade à religião protestante. No entanto, como veremos, isto não significava que os ministros não tentassem convertê-los.

A conversão mostrou-se uma tarefa difícil, pois muitos não falavam o português. Este seria um primeiro empecilho a conversão. O segundo, como já foi sugerido, seria os poucos ministros protestantes presentes em Pernambuco<sup>14</sup>. No entanto, qual seria o objetivo da conversão dos habitantes? Podemos apontar em vistas das fontes abordadas, que os protestantes desejavam salvar as “almas errantes” e encaminhá-los a verdadeira fé. Um outro fator, como também já discutimos, é que seria mais fácil dominar se os habitantes seguissem uma só religião, não havendo assim discórdias.

O idioma seria um fator preponderante para a conversão. Pois, como pregar à pessoas que não entendiam a língua holandesa? Seria necessário os ministros falarem o português, o que também era dificultoso. Por certo, havia um

---

<sup>14</sup> Neme acentua que Watjen teria apurado que foi em 1633 que chegaram os dois primeiros ministros predicantes ao Recife. Neme, op. cit., p. 160.



ministro que pregava em português, no entanto, os portugueses se mostravam esquivos, pois tinham a sua religião como verdadeira e não a protestante, que para eles era considerado uma heresia. Vejamos como este fato aparece no relato de Dussen, elaborado em 1639:

(...) há pouca aparência de que os portugueses se convertam à religião reformada, porque ali só há um ministro que prega na língua deles mas nem só um português comparece às prédicas nem o procuram para, por meio de entrevistas individuais, aprender algo a respeito: pelo contrário, recusam-se a prestar ouvidos a isto, com pertinácia, o que procede do que lhes disseram os padres, isto é, que a nossa doutrina é uma doutrina herética e maldita da qual não poderiam ouvir falar sem incorrer em pecado de heresia (...) <sup>15</sup>.

Como vimos, os portugueses consideravam o protestantismo como uma heresia e não desejavam nem ouvir falar dela. No entanto, ela estava presente em suas vidas. Um relatório da época de Nassau datado de 1638, diz o seguinte:

Os moradores portugueses são obstinadíssimos na matéria de sua religião e estão imbuídos de tão estúpidos preconceitos que não querem sequer prestar ouvidos. Outro tanto se deve dizer dos seus padres, que lhes comunicaram esses preconceitos e não querem ouvir falar em outra religião. Não têm quase nenhum conhecimento dos fundamentos da religião cristã, e o caminho da salvação que lhe é inteiramente inculto. Não sabem mais que resmungar as suas Aves Marias pelos rosários, que cada um traz ao pescoço e às vezes nas mãos ou no pescoço. Consideram os reformados como grandes hereges, e os odeiam, não somente por causa da religião, como principalmente porque por eles foram vencidos (...) <sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses. Trad. José Antonio Gonsalves de Mello. RJ: Instituto do açúcar e do álcool, 1947. p. 108. Dussen fora um dos Altos e Secretos Conselheiros que integraram o governo holandês em 1637. Dussen partiu em 1639, e foi então que escreveu este relatório sobre a situação da colônia holandesa.

<sup>16</sup> Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Recife: Parque Nacional dos Guararapes, 1981, v.1, p. 101. Este é o primeiro relatório sobre o Brasil produzido durante o governo de Maurício de Nassau, sendo que este vem assinado por Nassau e por dois dos Altos Conselheiros. Neste relatório Nassau também salienta a falta de ministros protestantes e pede que sejam enviados alguns para Pernambuco.

Temos aqui a visão dos protestantes sobre a religião católica e de como os portugueses eram obstinados em relação ao protestantismo, visto que a religião era uma área de conflito na colônia.

Os ministros protestantes também estavam preocupados com a conversão dos índios, e para tal fim, enviaram um predicante às aldeias. Dussen salienta em seu relato que

Para instruir essa gente simples e ignorante, era desejo antigo que se apresentasse alguém que aceitasse estudar a língua usada por eles: a isto decidiu-se o predicante Davi Doorenslaer, para aplicar-se inteiramente ao estudo e tomar a seu cargo o ensino dos brasileiros, tendo sido designado para predicante deles<sup>17</sup>.

No que diz respeito aos escravos, resolveram que o tráfico negreiro deveria continuar, pois nada poderia se fazer sem o trabalho dos negros. Porém resolveu-se que o tráfico deveria ser feito sob certas condições: “uma das quais era a de que os escravos não deviam ser vendidos aos espanhóis e portugueses, ficando assim expostos aos perigos do papismo. Dizia ainda que os escravos deviam ser instruídos nos princípios da ‘verdadeira religião cristã, e só libertados após anos de leais serviços’”<sup>18</sup>.

Dussen também menciona que os habitantes holandeses se queixavam de viverem sem quem lhes levasse a palavra divina, dizendo que este era um fator para que os portugueses lhes incomodassem e falassem mal de sua religião.

Um outro fator de conflito era o fato dos holandeses não reconhecerem a autoridade do bispo da Bahia, nomeando um vigário geral, que era o Padre Gaspar Dias Ferreira, para a administração dos padres no território holandês.

---

<sup>17</sup> DUSSEN, op. cit., p. 89.

<sup>18</sup> BOXER, op. cit., p. 118.

Pois, como vimos, havia sido outorgado uma certa liberdade religiosa aos portugueses, que para isto necessitavam de seus padres para as celebrações religiosas.

Na tentativa de se converter a população foram espalhados livros com a doutrina reformada a população. Calado salienta que

(...) os predicantes dos Holandeses haviam derramado por toda a terra uns livrinhos, que se intitulavam: *O católico reformado*, em língua Espanhola, compostos por fulano Carrascon, cheios de todos os erros de Calvino e Lutero, e persuadiam aos ignorantes (e ainda aos que o não eram) que a verdadeira religião era a que naqueles livros se ensinava (...) <sup>19</sup>.

Uma outra tentativa de conversão apontada por Calado diz respeito a confissão dos condenados a morte. Segundo o autor:

(...) não queriam consentir que os Portugueses que condenavam à morte, se confessassem, nem chegassem Sacerdotes aonde eles estavam, nem os acompanhassem ao pé da forca, antes lhe mandavam os seus predicantes Luteranos, e Calvinistas, para que os pervertessem, e os inclinassem a suas falsas seitas. E o Padre Frei Manuel alcançou do Príncipe licença para ir a confessar, e acompanhar alguns padecentes, e dali por diante guardou esta ordem; porém eram tão mal inclinados os predicantes, e tão grande o ódio que tinham a nossa sagrada religião Católica Romana, que tanto que prendiam algum Português culpado, logo acudiam a ele como lobos carniceiros, (...) <sup>20</sup>.

Como dissemos no capítulo anterior, Nassau, segundo alguns autores, fora benevolente, embora outros afirmem o contrário. Neme, como vimos, afirma que “as restrições à liberdade de culto foram impostas precisamente no ‘tempo de Nassau’”<sup>21</sup>. Seja lá como for, Calado menciona que a época da partida do Conde os holandeses começaram a ameaçar os portugueses de que se vingariam da proteção que lhes era conseguida do Conde. A respeito dessa proteção, que sem dúvida diz respeito a intolerância, deve-se salientar que apenas algumas

---

<sup>19</sup> CALADO, op. cit., v.1, p. 81.

<sup>20</sup> Ibid., p. 139.

<sup>21</sup> NEME, op. cit., p. 168.

pessoas conseguiam chegar até o conde, “vencendo uma barreira de auxiliares, secretários, mordomos, oficiais e soldados de guarda no seu palácio, quando as vítimas tinham, a interceder por elas, pessoas de valimento”<sup>22</sup>.

De acordo com Calado um dos motivos do levante da restauração em 1645 fora a falta de liberdade religiosa a que estavam condenados os portugueses. Um outro fator que possibilitou o levante da população contra os holandeses fora a restauração do reino de Portugal em 1640, até então sob o domínio do rei da Espanha. Fora firmado com a Holanda um termo de compromisso que consistia numa trégua de dez anos entre as duas nações, ficando interdito a Holanda estender seus domínios no Brasil. Os holandeses não respeitaram este acordo e conquistaram após 1640 a região do Maranhão<sup>23</sup>.

Os portugueses publicaram um manifesto sobre o levante no qual diziam, entre outras coisas, que:

Mas Católico, e piedoso Rei nosso, está nesta dita Província de Pernambuco, muito ofendida, e impedida a verdadeira lei de Jesus Cristo, e muito semeada a cizânia das seitas de Calvino, e Lutero com tanto excesso que lançaram muitas cartilhas de sua herética doutrina, e se acharam nas mãos de muitos meninos, e o que toca à honra de Deus não sofre respeito humano, e assim com toda a submissão prostrados aos pés de vossa Majestade, tornamos a pedir socorro, e remédio com tal brevidade, que nos não obrigue a desesperação. Pelo que toca ao culto divino, a buscar em outro Príncipe Católico o que de Vossa Majestade esperamos<sup>24</sup>.

Como vimos, a conversão não obteve muito sucesso, embora os protestantes tenham conseguido conquistar algumas almas. Um outro fator de conflito na colônia fora a expulsão de religiosos.

---

<sup>22</sup> Ibid., p. 170.

### 2.3 Expulsão de religiosos

As celebrações católicas embora só fossem permitidas de portas fechadas, necessitava para a sua realização de sacerdotes. Esta prática religiosa acabou sendo coagida pois muitos sacerdotes foram desterrados da capitania. Do clero que fora expulso de Pernambuco faziam parte a ordem dos jesuítas, dos franciscanos, dos carmelitas e dos beneditinos<sup>23</sup>.

Quais foram os motivos para a expulsão de sacerdotes? De acordo com Mello<sup>24</sup>, os padres e frades apregoavam contra o governo holandês, devido a interesses econômicos ou das ordens a que pertenciam. Alguns até lutavam nas batalhas travadas entre portugueses e holandeses. Este fato tornaria perigoso a estada destes religiosos na colônia, sempre a pregar contra os invasores. Um outro fator apontado pelo mesmo autor é que os padres e frades não respeitavam os limites postos pelos holandeses: um deles era o de casar sem proclamas, ou recusavam-se a casar brasileiras com estrangeiros.

Em 1636 os jesuítas foram presos e expulsos do território, sendo mandados para a Holanda. A alegação para tal ato se deve ao fato de terem mantido correspondência com a Bahia. Como vimos no capítulo anterior os protestantes não suportavam os jesuítas.

Durante os primeiros anos de domínio holandês, alguns sacerdotes ficaram escondidos e só saíram em público quando tinham certeza que não sofreriam

---

<sup>23</sup> O Maranhão foi conquistado em novembro de 1641, os holandeses deixaram este território em fevereiro de 1644. NIEUHOF, op. cit., nota 24, p. 13.

<sup>24</sup> CALADO, op. cit., p. 287.

<sup>25</sup> Os frades franciscanos chegaram em Pernambuco em 1585 e possuíam cinco conventos, os carmelitas em 1588 e os beneditinos em 1592, ambos possuíam dois conventos. NIEUHOF, op. cit., nota 50, p. 26.

ultrajes. Um incidente relatado por Calado diz respeito ao Frei João da Cruz. Este teria mandado Frei Junipero a Bahia com algumas cartas, tendo retornado com outras cartas da Bahia destinadas ao clero e a alguns habitantes. No entanto, os holandeses tinham proibido qualquer comunicação com a Bahia, pois tinham receio de que estes mantendo contato com a sede do governo geral do Brasil tornassem possível uma rebelião<sup>27</sup>. Quando descobriram o episódio,

(...) mandaram vir presos ao Arrecife ao dito Frei João da Cruz, e a Frei Junipero, e querendo-lhes dar tratos, Frei Junipero com o temor do potro, que tinha diante dos olhos, e do algoz que se estava preparando, confessou logo era verdade que fora, e viera, por assim lho mandar seu Prelado, a quem tinha obrigação de obedecer por voto solene, e que ele Prelado diria o que escreveu nas cartas; (...) que sobre certas coisas de sua Religião, e de seus Frades, escrevera a seu Prelado maior, para prover nelas, e que as cartas não continham coisas tocantes à perturbação de seu governo, nem matérias de guerra, nem avisos do que na terra se passava (...)<sup>28</sup>.

De acordo com Calado os dois frades foram condenados a morte, porém, com a interferência da população, eles foram perdoados de tal agravo, e condenados a prisão. Esta tentativa de se comunicar com a Bahia voltou a preocupar os holandeses quando as tropas de André Vidal de Negreiros, durante a guerra da resistência, agiam no sertão. Diante deste fato, resolveram expulsar os sacerdotes de Pernambuco.

Que todos os religiosos de qualquer Ordem, hábito, e condição que fossem, assistentes nas terras subjugadas aos estados de Holanda dentro em um mês, (...), com pena de morte se recolhessem dentro da Ilha de Itamaracá, o que se cumpriu à risca, ainda que dois, ou três se ficaram escondidos entre o mato, esperando que o rigor se mitigasse (...) Tanto que os Religiosos estiveram na Ilha de Itamaracá (...) que seriam até um mês, no fim do qual os mandaram embarcar, repartidos por as naus de uma frota que saíu do Arrecife; e tanto que os embarcaram, os que iam nas naus, soldados, e marinheiros, despojaram logo os Religiosos de seus hábitos, e os deixaram em ceroulas, e em camisa, e os

---

<sup>26</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos flamengos. 3. ed. Recife: Massagana, 1987.

<sup>27</sup> “Em 1635 o Conselho dos XIX recomendava ao governo de Pernambuco todo o cuidado com os religiosos, não se lhes permitindo manter correspondência para fora da conquista.” MELLO, op. cit., p. 244.

<sup>28</sup> CALADO, op. cit., p. 107.

foram deitar por essas praias desertas das Índias de Castela, e em outros portos diferentes (...) <sup>29</sup> .

Frei Calado só não foi expulso junto com estes sacerdotes devido a intervenção de Nassau. Nesta época foi que o dito Frei construiu uma casa para viver na cidade Maurícia, tendo sido autorizado pelo conde a realizar missas de porta fechada.

Os sacerdotes eram regidos pelo vigário geral Gaspar Dias Ferreira, e este tinha atritos com Calado. Gaspar excomungou Calado por ter aceitado algumas deliberações do governo invasor que feriam a ortodoxia católica. Calado, por sua vez, menciona que: “este Padre Gaspar Dias Ferreira (...) era um Clérigo idiota, o qual não sabia rezar por seu Breviário, nem dizer missa, e tão desaforado em sua vida, e costumes, que não me atrevo a escrevê-lo, por não desdourar o crédito, e respeito que se deve à ordem sacerdotal” <sup>30</sup> . Segundo Calado, quando da época da partida de Nassau, sendo Gaspar Dias Ferreira não quisto pelos holandeses, resolvera partir também com ele.

Antes que Gaspar Dias se partisse, falou com os do supremo Conselho, e com os predicantes, e lhe fez grandes queixumes dos Sacerdotes Portugueses, e lhes pediu que os deitassem fora da terra, alegando-lhes para isso muitas razões, com que os encheu de cólera, e sanha, (...), e isto fez porque como deixava feito o formento para deitarem fora da Capitania de Pernambuco a todos os Sacerdotes, sem apelação, nem agravo, e sem lhe ouvir de sua justiça, sempre ficaria encoberto o roubo, que ele tinha feito aos Vigários em lhe tomar seu ordenado <sup>31</sup> .

De acordo com Calado, quando o Conde partiu os predicantes desejavam expulsar todos os sacerdotes católicos de Pernambuco, o que só não fizeram

---

<sup>29</sup> Ibid., p. 117-118.

<sup>30</sup> Ibid., p. 143.

<sup>31</sup> Ibid., p. 261-262.

por ele interceder, dizendo-lhes que isto era quebrar a palavra que tinha empenhado aos habitantes acerca da liberdade religiosa, provocando entre estes a não obediência e provável rebelião. Tanto argumentou que os predicantes desistiram de seu intento, segundo suas próprias palavras.

Uma outra expulsão de religiosos é mencionado tanto por Barleus como por Calado. Esta diz respeito aos frades que foram deportados em 1640. O motivo alegado era o de manterem correspondência com outros conventos e com o bispo da Bahia. De acordo com Calado:

No tempo que veio a armada do Conde da Tôrre a estas costas, tendo os do Supremo dado passaportes aos Frades de Santo Antônio, e S. Bento, e do Carmo, que serviram de confortar, e animar a estes cativos, por de todo os desconsolar sem respeitarem o dito passaporte, os embarcaram, dizendo que iam para as Índias, sendo coisa certa mandá-los martirizar, lançados vivos ao mar com pedras nos pés, como fizeram aos mais dos nossos soldados rendidos do Arraial Velho, ficando alguns poucos Clérigos tão atemorizados, que por nenhuma maneira ousavam celebrar missa, nem meter-se em nenhum outro ato de Cristandade<sup>32</sup>.

Barleus ao que parece se refere ao mesmo episódio da seguinte forma:

Por esse tempo, sessenta eclesiásticos, franciscanos, carmelitas e domínicos da província de Pernambuco, em consequência de ajustes clandestinos com o inimigo, (...), foram detidos na ilha de Itamaracá e daí, em virtude de um decreto do Supremo Conselho, relegados para as ilhas da Índia Ocidental. (...) Esta providência a princípio alvoroçou o povo, mas, depois de retirados do meio dele os que desejava reter, arrefeceu com a indignação aquele desejo, mormente por lhe terem sido deixados os párocos para celebração do culto<sup>33</sup>.

Um dos motivos mais recorrentes para a expulsão dos sacerdotes, percebidos nas fontes, é o fato de tentarem se comunicar com a Bahia. Ao passo que muitos frades e padres foram expulsos de Pernambuco, devemos nos perguntar qual o motivo para que tal fato ocorresse. Pode-se apontar que a

---

<sup>32</sup> Ibid., p. 277.



deportação de religiosos consistia numa política de afastamento do clero, pois com a presença destes se tornava mais difícil a conversão ao protestantismo.

---

<sup>33</sup> BARLEUS, op. cit., p. 197.

## CONCLUSÃO

Quando os holandeses aportaram em Pernambuco, a Holanda estava em guerra contra a Espanha, e esta por sua vez dominava Portugal. Quando em 1640 os portugueses se libertam do domínio espanhol, se inicia a guerra da restauração no Brasil holandês. Como vimos, ao longo deste trabalho a estada dos holandeses no Brasil foi conturbada especialmente na questão religiosa. O protestantismo havia surgido no século XVI dividindo os países e os povos. Todos desejavam professar sua religião, e a tolerância era uma questão difícil, católicos e protestantes divergiam e muitos não suportavam serem contestados religiosamente.

Os holandeses que seguiam o calvinismo, quando dominaram Pernambuco, propuseram a tolerância religiosa, mas como vimos esta não se concretizou na prática. Pois era difícil suportar uma outra religião, quando acreditava-se que só uma era verdadeira. Devemos ainda acentuar que a idéia de tolerância e os conflitos religiosos ocorriam paralelamente. A tolerância foi imposta sobretudo devido a aspectos econômicos e políticos. Os portugueses que trabalhavam nas terras, no plantio do açúcar eram católicos, e afrontá-los seria perigoso. Os conflitos religiosos abordados em conformidade com as fontes utilizadas, foram como vimos, baseados na destruição e nos saques das igrejas católicas, na tentativa de conversão dos habitantes e na expulsão de religiosos. Estes conflitos permearam a vida na colônia, tornando dificultosa a estada dos holandeses no Brasil.

Como acentuamos, um dos motivos da insurreição pernambucana em 1645 se referiu as perseguições religiosas que sofriam os portugueses. Entre estas estava o fato de não poderem vir novos padres para substituir os que lhe faltassem, ou seja, esta tolerância tão enfatizada principalmente por Barleus não era sentida da mesma forma pelos habitantes de Pernambuco que tinham sua vida religiosa limitada.

Os conflitos ainda sugerem que tanto os católicos como os protestantes estavam imbuídos da defesa da doutrina que seguiam e almejavam a refutação da falsa. Em suma, uma religião desejava sobrepor-se a outra, o que se mostrou espinhoso, gerando os conflitos abordados neste trabalho.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BARLEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos de permanência no Brasil**. Trad. de Cláudio Brandão, prefácio de José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.
- BOISSET, Jean. **História do protestantismo**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. SP: Difusão européia do livro, 1971.
- BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. SP: Nacional, 1973.
- Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, José Antonio G. de. **Fontes para a história do Brasil Holandês**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.
- CALADO, Frei Manuel. **O valeroso lucideno**. 2 vols. SP: Edusp; BH: Itatiaia, 1987.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias diárias da guerra do Brasil**. Prefácio de José Antonio Gonsalves de Mello. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
- DELUMEAU, Jean. **La reforma**. Trad. José Termes. Barcelona: Labor, 1967.
- GREEN, V.H..H. **Renascimento e reforma**. 1. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1984.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique. Humanismo, reforma e contra-reforma. In:\_\_\_\_\_.  
**Olhares sobre a colônia: Vieira e os índios**. Monografia (Especialização em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, 1997. p. 16-25.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. RJ: Topbooks, 1997.

- MELLO, José Antonio G. de. **Tempo dos flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 3. ed. Recife: Massagana, 1987.
- \_\_\_\_\_. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A época colonial**. SP: Difusão Européia do Livro, 1972, 1 vol., 4. ed., p.235-253.
- NEME, Mário. **Fórmulas políticas no Brasil Holandês**. SP: EDUSP, 1971.
- NETSCHER, P. M. **Os holandeses no Brasil**. Trad. Mário Sette. SP: Companhia Editora Nacional, 1942.
- NIEUHOFF, Johan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. Tradução do inglês por Moacir N. Vasconcelos; introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. SP: Livraria Martins, 1942.
- RODRIGUES, José H.; RIBEIRO, Joaquim. **Civilização holandesa no Brasil**. SP: Companhia Editora Nacional, 1940.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. SP: Cultura, 1943.
- WÄTJEN, H. **O domínio colonial holandês no Brasil**. SP: Companhia Editora Nacional, 1938
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José de M. **Formação do Brasil colonial**. RJ: Nova Fronteira, 1994.
- ZEMON, Natalie Davis. Ritos de violência. In: \_\_\_\_\_. **Culturas do povo - sociedade e cultura no início da França moderna**. RJ: Paz e Terra, 1990.